

POLÍTICAS INDIGENISTAS NA PRODUÇÃO DO URBANO AMAZÔNICO¹

Tatiane de Cássia da Costa Malheiro²

Palavras-chave: urbanização, etnicidade indígena, Amazônia.

INTRODUÇÃO

Atualmente, 36% da população indígena brasileira localiza-se em áreas urbanas, o que corresponde a mais de trezentos mil indígenas vivendo nas cidades (Tabela 01). Nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, a população indígena autodeclarada é de 348.411 indígenas, dos quais 67.341 revelaram morar nas cidades (IBGE, 2010).

TABELA 01 – POPULAÇÃO INDÍGENA, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – BRASIL 2010

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896.917	324.834	572.083
Terras Indígenas	517.383	25.963	491.420
Fora de Terras Indígenas	379.534	298.871	80.663

Fonte: IBGE (2010); (Costa-Malheiro, 2019).

Mesmo que os dados oficiais das últimas décadas pareçam indicar um fenômeno recente no que se refere à presença indígena nas cidades do Brasil, dedicamo-nos a defender que tais processos foram historicamente construídos, à maneira como alguns trabalhos, com diferentes abordagens, nos auxiliam nesse sentido. Em meados da década 1960, Roberto Cardoso de Oliveira, no trabalho *Urbanização e tribalismo* (1968), analisa a relação dos índios Terena com as cidades de Campo Grande e Aquidauana. Neste estudo, o antropólogo faz uma reflexão em torno dos mecanismos que levam os índios Terena a se manterem unificados a partir de sua condição étnica e mesmo diante da diversidade de situações que os abrange. Nesse contexto, o autor destaca o contraponto entre índios “aldeados” e “cidadinos”, ou “rurais” e “urbanos”, colocados em pontos

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Geógrafa, Dr^a em geografia pela Universidade Federal Fluminense; Professora EBTT do Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Pará/Campus Rural de Marabá (IFPA/Pará).

extremos de um processo contínuo de mobilidade aldeia-cidade, dado a partir de uma inserção definitiva da população Terena na estrutura socioeconômica regional. Na Amazônia, mais especificamente na região do médio e baixo Tocantins, no mesmo contexto de reflexões de Cardoso de Oliveira (1968), Laraia e Da Matta (1978) veem no mesmo sentido ao analisar a relação entre índios e castanheiros na estruturação da região do Sudeste paraense, bem como as implicações definitivas da transferência compulsória dos índios desta região para algumas cidades, como Marabá e Tucuruí, enquanto uma tentativa de “pacificação”, uma vez que os indígenas representavam um obstáculo aos avanços da exploração dos castanhais praticada por grupos políticos da região.

Mais recentemente, uma pesquisa desenvolvida na cidade de Manaus demonstra a diversidade desta problemática ao apresentar um mapeamento situacional da presença étnica indígena nesta metrópole da Amazônia. Dessa maneira, o estudo também traz uma análise de questões relativas à “crescente” composição multiétnica e pluricultural das cidades regionais, assim como do processo de reconfiguração étnica hoje em curso na região, com destaque para a formação de identidades políticas na cidade a partir da identificação étnica no âmbito dos movimentos indígenas (ALMEIDA; SANTOS, 2008). Com foco nas políticas públicas voltadas à educação e à saúde indígena nas cidades de Belém e Manaus, Pontes (2011) investigou as ações do poder público municipal para com os indígenas residentes nessas duas cidades, identificando insatisfações por parte desses sujeitos quanto à inadequação e/ou ausência de planos, projetos e programas específicos que os ampare. A *cidade média* de Altamira, situada na região do Xingu, no estado do Pará, também é *locus* de investigação no que se refere à presença étnica e Saraiva (2008), por sua vez, apresenta-nos a situação dos índios Juruna e as dificuldades que estes têm enfrentado nas últimas décadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Segundo a autora, o avanço das frentes de expansão condicionam estes indígenas a uma situação urbana na qual suas identidades são constantemente postas à prova, fato que os têm levado, enquanto “índios urbanos”, a reivindicar direitos identitários e, assim, afirmarem-se enquanto sujeitos étnicos. Estudando a região do médio rio Uapés, Andrello (2006) realiza uma etnografia de uma *cidade indígena*, o povoado Iauaretê, e aborda tanto as mudanças históricas experimentadas por alguns dos grupos indígenas dessa região, como o repertório simbólico mobilizado por estes sujeitos, a partir do qual eles qualificam a identidade indígenas em Uapés e compõem o sistema social regional.

Seja por meio de olhares sobre *indígenas nas cidades* ou de análises sobre *cidades indígenas*, estes pressupostos se caracterizam, aqui, como pontos de partida para o desafio

de olhar e compreender a presença da etnicidade indígena nos distintos processos de urbanização da Amazônia, especificamente ao longo da bacia Araguaia Tocantins. Uma área de transição onde a floresta amazônica encontra-se com os campos de cerrado do planalto central e com as áreas de caatinga do Nordeste. Nesta área, diversas nações indígenas não apenas se encontraram e estabeleceram trocas por meio de alianças ou de combates intertribais, como também se encontraram com a fronteira econômica que se expandiu a partir de frentes distintas, em um momento no qual a rede urbana ainda se estruturava seguindo a dinâmica dos cursos fluviais. De *Goiás* partiam os bandeirantes expandindo a atividade do ouro, seguido da criação de gado pelos campos do Araguaia, o que incentivava a formação de rota fluvial de comércio pelos rios Tocantins e Araguaia; do *Maranhão*, e em busca de pastos naturais, espriavam-se as frentes agrícola e pastoril; do *Pará*, tem-se o desenvolvimento de atividades extrativistas inicialmente com as drogas do sertão, ainda no período colonial, que se intensificou com a descoberta do caucho, seguida da exploração dos castanhais do Médio Tocantins.

Partindo destes pressupostos centramos nossa análise nas estratégias geopolíticas de conquista e controle do território amazônico, tomando como ponto de partida as iniciativas militares do Estado português na dominação das terras ao norte da colônia do Brasil, mostrando que as mesmas foram permeadas pelo confronto, assentado na guerra e no *extermínio* dos indígenas que resistiram à invasão das tropas militares do estado colonial. O símbolo dessa ocupação política, por seu turno, ainda marca a paisagem regional, com os fortes militares construídos nesse contexto junto aos quais surgiram importantes cidades amazônicas. Seguindo a lógica de dominação territorial, a criação de aldeamentos missionários realiza a primeira experiência de redução dos territórios indígenas no Brasil, fundamentadas no deslocamento e confinamento de diferentes sociedades nativas em missões, onde se dava a *escravidão indígena*, a partir das quais irão surgir os primeiros núcleos urbanos coloniais na Amazônia. É fundamental considerar a expansão das cidades mineiras na fronteira Goiana, ainda no século XVIII, quando as reformas Pombalinas investiram na construção de *aldeias-modelos*, onde o índio deveria ser “pacificado” e “incorporado” a civilização através de sua submissão as leis do Estado e pelo trabalho compulsório de *servidão*, utilizado como instrumento “pedagógico” de assimilação de suas antigas práticas tribais. Nesse momento do trabalho, são colocados as estratégias indigenistas pensadas no contexto da abertura das vias fluviais para a navegação comercial entre as capitanias do Pará e Goiás, quando as políticas adotadas em relação aos indígenas, baseavam-se no *controle e policiamentos*

dos índios que atacavam embarcações e povoações ribeirinha que serviam de entreposto comercial, neste processo ocorre o estabelecimento de presídios, fortes e paliçadas, junto as quais um novo formato de aldeamentos religiosos por meio da *conversão*.

Vale destacar ainda as estratégias de dominação territorial, que perpetuaram ao longo do século XIX, quando a questão indígena que durante séculos se restringia à um problema de mão-de-obra e incorporação, se converteu num problema de terras, ou seja, numa *questão fundiária*, que intensificou a perseguição e extermínio de povos indígenas isolados. Neste contexto, propostas de *proteção e tutela* surgem no sentido de amenizar o genocídio de diversas comunidades por onde a fronteira econômica se expandia, no caso aqui em específico da frente extrativista amazônica.

O DES-ENCONTRO DA ALTERIDADE NA FRONTEIRA: “Aldear o índio” na produção do urbano Amazônico

Na Amazônia, a etnicidade indígena e o urbano se constituíram alicerçados uma relação de interdependência que adquiriu diferentes significados ao longo da história do que Cardoso de Oliveira (1972) denomina como *contato interétnico*. Esse, permeado por formas colonialistas internas e externas de violência e expropriação para com os povos indígenas, expressou-se por meio da relação entre a formação dos núcleos urbanos e as políticas de aldeamentos de nações indígenas baseadas em remoções e reduções territoriais, vinculadas a estratégias de apropriação ora do *trabalho*, ora das *terras* ocupadas por essas comunidades.

Nesse sentido, partindo-se do princípio que a etnicidade indígena no espaço urbano não compreende apenas situações de migração e afastamentos de nichos com evidentes contrastes culturais, como aldeias e reservas, destaca-se que ela nos mostra uma relação que se reproduziu historicamente a partir de uma situação de fronteira (MARTINS, 2009), ou seja, no *contato interétnico* entre o índio e os processos de urbanização.

No âmbito desse processo de inter-relação étnica, ressalta-se que as cidades se constituíram apoiadas na presença e no trabalho indígenas, cujos povos, de forma individual, em organização familiar ou em grupos étnicos, experienciaram a vida urbana e, mediante a reprodução dessa forma de sociabilidade, reconfiguraram suas identidades e suas práticas socioespaciais. Ademais, dependendo do contexto e das situações históricas em que o contato com os processos de urbanização foram impostos junto a

esses grupos, assinala-se que tal reconfiguração se deu pelo movimento de negação ou mesmo de reconhecimento de sua identidade indígena.

A leitura tradicional de fronteira, dada pelo reconhecimento das mudanças radicais na paisagem, da estruturação de redes técnicas e da difusão de um modo de viver a cidade, restringe a análise da criação de uma nova urbanidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Essa, por sua vez, limita-se à compreensão de um simples deslocamento populacional por sobre novos territórios, por vezes colocados como vazios, como se esse movimento conduzisse tais territórios a uma situação social e espacial de modernidade.

Aqui, defende-se uma concepção de *fronteira* como lugar social de alteridade e como lugar do conflito. O urbano, nesse contexto, é expressão da fronteira e se revela, não simplesmente pelo encontro entre os diferentes entre si, mas “essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 2009, p. 132), pelo desencontro de temporalidades históricas distintas e, ao mesmo tempo, contemporâneas (MASSEY, 2015).

A expansão da fronteira não só amplia a sociedade nacional por sobre os territórios indígenas, como, concomitantemente, difunde um padrão de circulação espacial, com condições modificadas de reprodução das sociedades indígenas; momento em que se revela, em contrapartida, o outro lado da *fronteira étnica*. Assim, à medida que a fronteira se expande, ela avança num *canibalismo simbólico* (MARTINS, 2009), pois, ainda segundo esse autor:

a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos mesmo porque somos antropofagicamente nós e outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2009, p. 134, grifo do autor).

Nesse debate, tomando-se como referência os povos indígenas para a compreensão da fronteira na Amazônia, não tem como ignorar o impacto da expansão urbana sobre essas populações. Baseado na ideia de *situação de contato*, Cardoso de Oliveira (1972) defende que a reflexão sobre a questão indígena no Brasil não se restringe à compreensão e à explicação dos grupos étnicos em si, mas em sua relação com a sociedade envolvente, explicando-a a partir de aspectos sociológicos como *contato interétnico*.

As situações de contato entre as populações indígenas e o avanço da fronteira na região amazônica, foram permeadas por intensos conflitos e combates, ocorridos, inicialmente, entre: o Estado português, que buscava a dominação territorial; os bandeirantes, que exploravam a região de contato com o Brasil Central em busca de ouro; os criadores de gado, que migravam pelos sertões do Maranhão à procura de novos pastos; os coletores, que adentravam as matas extraindo os produtos florestas; e os índios, que habitavam tradicionalmente estes territórios. Contudo, ressalta-se que, para essas populações indígenas, o Estado implantou estratégias de contenção territorial e de subordinação pela exploração de sua força de trabalho, responsável por desenhar a geografia de poder estabelecida entre os povos indígenas e a região do sudeste paraense.

Nesse processo, as *políticas indigenistas* na Amazônia, das quais a ideia de *aldear o índio* é tributária, impuseram uma definição de territórios indígenas diretamente relacionada às estratégias de expansão dos projetos coloniais. Isso porque, tais políticas foram estruturadas com base em modalidades de incorporação ou exclusão das populações nativas, bem como do reposicionamento espacial de comunidades em áreas favoráveis aos interesses geopolíticos e econômicos nos diferentes contextos históricos.

Com isso, no processo de produção do urbano regional a partir dessas políticas, observou-se a deportação e o confinamento de comunidades inteiras ora em missões religiosas, das quais surgiram as primeiras cidades da região; ora em aldeias de “diretórios”, onde se reproduzia um trabalho compulsório de servidão; ora junto às cidades, quando da expansão da fronteira agropastoril para garantir a apropriação dos territórios tradicionais; ora em reservas, para contenção territorial de povos em espaços de terras devolutas, onde eles não fossem um “empecilho” à expansão de frentes econômicas e, em contrapartida, pudessem se reproduzir física e culturalmente sob um regime tutelar conduzido pelo Estado.

De maneira geral, esses processos estão ligados a *modalidades de incorporação* e subalternização alicerçadas em um processo de (des)aldeamento do índio, reproduzindo um reposicionamento espacial na geometria de poder de constituição das cidades e do indigenismo oficial. Seguindo esta lógica de dominação territorial, a criação de aldeamentos missionários é responsável por realizar a primeira experiência de redução dos territórios indígenas no Brasil; experiências essas fundamentadas no deslocamento e no confinamento de diferentes sociedades nativas em missões, onde se dava a apropriação

do *trabalho indígena* e, doravante, irão surgir os primeiros núcleos urbanos coloniais na Amazônia.

Entende-se com isso que a relação entre os aldeamentos religiosos e a formação dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia parte do princípio que o processo de *aldeamento* no contexto colonial faz referência à ideia de concentração populacional, isto é, aglomerações multiétnicas criadas por missionários e autoridades coloniais que isolavam populações “descidas” e, conseqüentemente, “dessocializadas” (MONTEIRO, 2001).

Foi assim, por meio da atuação de missionários e do estabelecimento de aldeamentos indígenas, que os primeiros núcleos urbanos começam a surgir ao longo do rio Tocantins, mormente a partir do início do século XVII. Ao adentrarem o referido rio, os jesuítas encontraram os índios *Tupinambás* e os índios *Apinajés* e, através do descimento desses povos, estabeleceram sete aldeias, instalando na atual cidade de *Cametá* a primeira missão às margens do Tocantins, da qual os missionários subiam o rio e faziam descer milhares de índios para nela serem “pacificados” e catequizados (PATERNOSTRO, 1945). Fundada em 1635, a missão de *Cametá* existiu solitária por muito tempo, juntamente com pequenos povoados, como *Baião*, que fora fundado no ano de 1694. Assim, à medida que a região ia sendo paulatinamente desvendada e povoada, os grupos indígenas eram “integrados” ou simplesmente exterminados.

Com as reformas pombalinas, uma urbanização do território assentada na criação de núcleos urbanos e do povoamento dos mesmos tornou-se fundamental à conquista da Amazônia. Dessa forma, a política colonial buscava promover a ocupação do espaço com vilas e cidades mediante a retirada das ordens missionárias e da implantação do poder político institucional nesses lugares. Destarte, os antigos aldeamentos religiosos seriam promovidos à categoria de vila, devendo-se imprimir uma feição menos nativa e mais “civilizada” às suas paisagens, com a presença de monumentos como, principalmente, o pelourinho, a câmara, a cadeia e a capela.

Na produção das cidades mineiras na fronteira do ouro, que partia de Goiás descendo pelos rios Araguaia e Tocantins, o Estado Pombalino investiu na construção de *aldeias-modelos*, onde o índio deveria ser “pacificado” e “incorporado” à civilização através de sua submissão às leis do Estado e pelo trabalho compulsório de servidão, utilizado como instrumento “pedagógico” de assimilação de suas antigas práticas tribais. Dentre as nações indígenas que foram alcançadas e assentadas nas aldeias-modelos do alto Araguaia, destacam-se as nações *Akwé*, com os grupos *Akroá*, *Xacriabás*, *Xavantes*

e *Canoeiros*, *Karajá* e os *Kayapó Meridionais*. Os índios *Akroá* foram aldeados em São Francisco Xavier do Duro, atual cidade de Dianópolis-TO.

A espoliação do índio nessa região segue ao longo do século XIX por meio, principalmente, da instauração de estruturas militares e missões religiosas, buscando combinar o uso da força (táticas de guerra e dominação do território) com uma pedagogia de conversão. Na abertura das vias fluviais para a navegação comercial entre as capitânicas do Pará e de Goiás, as políticas adotadas em relação aos indígenas baseavam-se no controle e na realização de policiamento dos índios, sobretudo daqueles que atacavam as embarcações e as povoações ribeirinhas que serviam de entreposto comercial.

Nesse processo, surge a primeira iniciativa de militarização do espaço nessa região, dada por intermédio do estabelecimento de presídios, fortes e paliçadas, demonstrando que a natureza de tais políticas fundamentavam-se na guerra e no extermínio dos índios. Assim, povoados foram se estruturando em torno das guarnições militares, fortes e paliçadas, junto às quais também foram formados aldeamentos indígenas como uma política oficial que, além de pacificar as tribos hostis que atacavam os colonos e o comércio pelo rio, deveriam ter como funcionalidade o fornecimento de infraestrutura, abastecimento e reserva de mão de obra (CARNEIRO DA CUNHA, 2012) tanto para as guarnições dos presídios, como para as povoações de colonos e para as embarcações que circulavam pelos rios da região.

Dentre as cidades que surgiram dessa política indigenista de militarização do espaço, destacam-se Tucuruí (*Alcobaça*) e Imperatriz (*Santa Tereza*) no rio Tocantins; São João do Araguaia (*São João das Duas barras*) na confluência entre os rios Araguaia e Tocantins; Couto Magalhães (*Santa Maria do Araguaia*), *Xambioás*, *São José dos Martírios* e *Leopoldina* no rio Araguaia.

Contudo, destaca-se que *Alcobaça* foi instituída enquanto fortificação militar pelo governador do Pará, Teles de Menezes, em 1782, voltando-se principalmente à “domesticação” dos índios *Apinajés*, que constituíam uma forte nação guerreira localizada um pouco ao sul da confluência Araguaia-Tocantins. Também com a finalidade de domesticação dos índios e proteção da navegação, os portugueses criaram, no ano de 1797, o forte de *São João das Duas Barras*, atual cidade de São João do Araguaia. A fim de pacificar os índios Carajás e Xavantes, a política oficial de Goiás, representada pelo Capitão Geral Fernando Delgado, levantou o presídio de Santa Maria do Araguaia, em 1780, local onde hoje está a atual cidade de Conceição do Araguaia.

O contexto político nacional do início do século XIX colocava a “catequese” e a “civilização” dos índios como elementos importantes na pauta da política ministerial do Império, considerando-os enquanto uma questão de “serviço público”. Com isso, deu-se o reestabelecimento do trabalho missionário para a catequese e pacificação dos índios bravos como política oficial que autoriza a vinda de Missionários Italianos da ordem dos Capuchinos para fundar missões religiosas nas províncias do Brasil.

Ademais, o trabalho de catequese realizado junto aos índios do Araguaia-Tocantins envolvia a criação de aldeamentos missionários, de modo a tirá-los das terras de interesses das frentes econômicas para, então, colocá-los em pontos onde pudessem ser úteis aos interesses políticos e econômicos (CARNEIRO DA CUNHA, 2012). Nesse contexto, realizava-se a pacificação dos índios por meio da fé cristã, bem como a “civilização” deles por intermédio do trabalho; estratégias essas que tinham como pano de fundo a incorporação do indígena à *economia política da Catequese*, a qual, segundo Ianni (1979), consistia em tirá-los da “condição selvagem” e colocá-los em “estado de sociedade”, momento em que eram levados pelos padres ao cristianismo e, pelos cristãos, à superexploração de sua força de trabalho nas atividades econômicas, sejam elas extrativistas, pecuárias ou agrícolas.

Contudo, perpetuando a política indigenista de deportação e concentração de grupos indígenas distintos e, em muitos casos, inimigos tradicionais, o *aldeamento do índio no século XIX*, ganha expressão seguindo as conveniências de cunho econômico de tal contexto, ao se realizar, principalmente, pela retirada de comunidades inteiras das regiões disputadas por frentes pastoris e agrícolas para serem confinadas nestas mesmas regiões em parcelas de territórios ou em outras áreas onde pudessem ser úteis; salienta-se, portanto, que a partir de tais processos diversas cidades surgiram como resultado de políticas indigenistas ao longo dos rios Tocantins e Araguaia.

Em síntese, desde a conquista, as *políticas indigenistas* na Amazônia impuseram uma definição de territórios indígenas diretamente relacionados às estratégias de expansão dos projetos coloniais, sendo a partir destas que as condições concretas para a fundação e consolidação dos núcleos urbanos na região foram estruturadas. Desde as missões jesuíticas do século XVII até as missões dominicanas do século XIX, diversas cidades surgiram das estratégias do Estado de *aldear o índio*, a partir do qual se garantia o domínio dos mesmos e do território (Quadro 01).

QUADRO 01 – POLÍTICAS DE ALDEAMENTOS INDÍGENA E FORMAÇÃO DE CIDADES

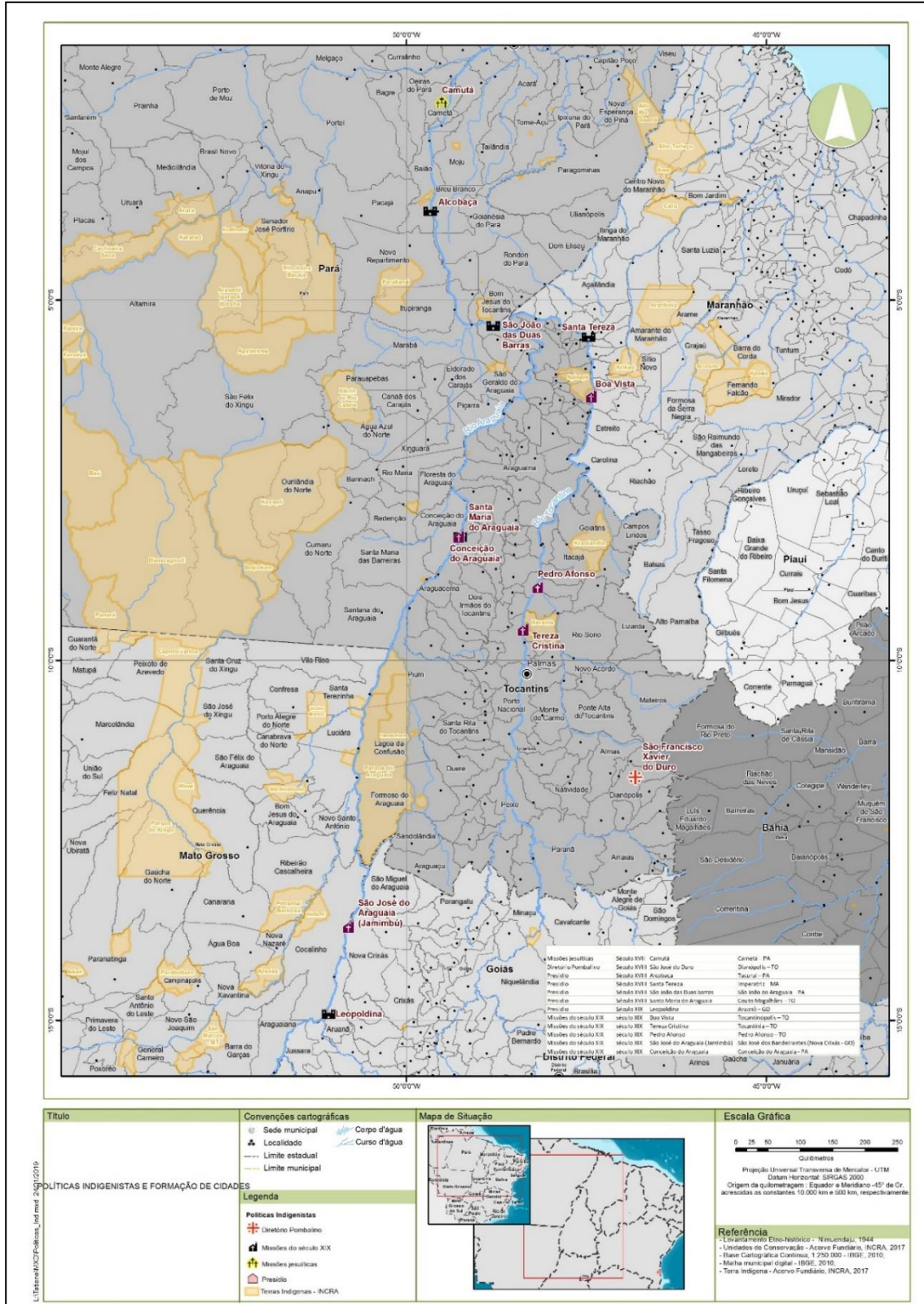
POLÍTICA DE ALDEAMENTO	FUNDAÇÃO	POVO INDÍGENA	NOME DE ORIGEM	NOME ATUAL
Missões jesuíticas	1636	Tupinambás e Apinajés	Camutá	Cametá – PA
Diretório Pombalino	1751	Acroá e Xacriabás	São Francisco Xavier do Duro	Dianópolis – TO
Presídio	1782	Apinajés	Alcobaça	Tucuruí – PA
Presídio	1825	Creniés e Timbiras	Santa Tereza	Imperatriz – MA
Presídio	1797	Timbiras, Carajás e Apinajés	São João das Duas Barras	São João do Araguaia – PA
Presídio	1780	Kaiapós e Carajás	Santa Maria do Araguaia	Couto Magalhães – TO
Presídio	1849	Carajás	Leopoldina	Aruanã – GO
Missões do século XIX	1825	Apinajés	Boa Vista	Tocantinópolis - TO
Missões do século XIX	1851	Xerentes	Tereza Cristina	Tocantínia – TO
Missões do século XIX	1846	Kraôs	Pedro Afonso	Pedro Afonso – TO
Missões do século XIX	1863	Xavante e Carajás	São José do Araguaia (Jamimbú)	São José dos Bandeirantes (Nova Crixás - GO)
Missões do século XIX	1897	Kaiapós	Conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia - PA

Fonte: (Costa-Malheiro, 2019).

Em síntese as políticas indigenistas na Amazônia foram estruturadas a partir de modalidades de incorporação ou exclusão das populações nativas e do reposicionamento espacial de comunidades em áreas favoráveis aos interesses geopolíticos e econômicos nos diferentes contextos históricos. A prática de *aldear o índio* ao longo da história do indigenismo, ao mesmo tempo em que representou o controle e o domínio de territórios e de nações indígenas, também expressou a formação e produção de cidades na Amazônia (Mapa 01), mediante políticas de deportação e confinamento de comunidades inteiras ora em missões religiosas, das quais surgiram as primeiras cidades da região, ora em aldeamentos de administração leiga, para a imposição

de um projeto civilizatório de destruição da organização tribal e de submissão ao trabalho compulsório, ou mesmo junto a estruturas militares, como fonte de mão de obra e estratégias de demarcação da ocupação territorial.

MAPA 01 – POLÍTICAS INDIGENISTAS E FORMAÇÃO DE CIDADES NA AMAZÔNIA



FONTE: (Costa-Malheiro, 2019)

A discriminação do índio, bem como a perseguição a comunidades isoladas, perpetua-se mesmo após a instauração da república. A Constituição de 1891 atribui aos estados o direito de decidir sobre as terras existentes, sem se referir ou nomear as populações indígenas, mantém o conceito de terras devolutas assegurado pelas leis de Terras (GAGLIARD, 1989). É dessa maneira que, na fronteira Araguaia-Tocantins, o cerco estratégico aos indígenas se expandia por meio de fazendas, cidades e guarnições militares, consolidando o controle territorial e dos recursos ambientais por meio da utilização do trabalho indígena e na expropriação de seus territórios. Será apenas nas duas últimas décadas do século XIX que esta relação começa a ganhar novos traços no que se refere, principalmente, às relações de trabalho e às políticas de reposicionamento de comunidades indígenas.

No século XX quando a urbanização regional ganha ares de uma modernidade antecipada, ocorre uma crescente pressão econômica sobre os territórios indígenas, resultando na eliminação física de comunidades inteiras. É nesse contexto que a criação da agência indigenista oficial, dá início a uma relação de definição da “*condição*” de *índio* vinculada a vigilância de órgãos estatais, ao mesmo tempo que passa a ocupar lugar de natureza inóspita para o urbano da *belle époque*. É o contexto das políticas indigenistas de atração e ordenamento das populações indígenas, no qual se produz a (i)mobilidade dos povos indígenas e a consequente associação da identidade étnica a territórios exclusivos, definidos pelo Estado e separados dos espaços da cidade; processo esse que se consolida com a reestruturação do espaço urbano regional, animado mediante as intervenções estatais de meados do século XX, contexto de militarização da questão indígena fundamentada no *controle do índio e de suas terras* como estratégia de garantir a expansão do capital e a integração nacional.

Assim percebemos que historicamente, *aldear o índio* significou reposicionar nações indígenas no jogo da geometria de poder (MASSEY, 2001, 2004) imposta pelo Estado e pelo capital. Nesse sentido, a relação entre urbanização e etnicidade indígena na Amazônia aponta a *geografia do contato interétnico* e das formas espaciais impostas como estratégia de incorporação de populações indígenas à produção do urbano regional, ao mesmo tempo em que, outrossim, significou uma estratégia multifacetada de negação da condição étnica do indígena no processo de constituição das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, observa-se uma construção histórica nos processos de urbanização da Amazônia marcada por um *projeto civilizatório* de negação da identidade indígena na produção das cidades, desde sua constituição como núcleo urbano até as formas de reprodução social, política econômica e cultural das mesmas. Essa dimensão da relação entre urbanização e etnicidade indígena está baseada numa reprodução contraditória ora de incorporação do indígena na formação dos primeiros núcleos urbanos, ora de negação desse mesmo sujeito em sua condição étnica na reprodução das cidades.

Assim, nitidamente marcado em todas as suas expressões, desde a colônia até o contexto atual, esse processo revela a negação da identidade étnica como elemento integrante da questão urbana, responsável por consolidar a concepção do indígena como *não-cidade*. Isso pode ser evidenciado com a exploração do indígena enquanto população para o povoamento, notadamente a partir de sua incorporação forçada a uma sociedade urbana colonial, por meio da “pacificação” dos índios “bravos”; incorporação essa fortemente definida pela atuação da igreja com a catequese, assim como pelas políticas de *assimilação/emancipação*, com as imposições pombalinas das leis e práticas de “urbanidade” e, posteriormente, com a lógica de “civilidade” do século XIX, baseada na transformação do índio em trabalhador nacional.

Como herança desses processos civilizatórios, o indígena é comumente pensado tanto do ponto de vista das políticas públicas como do ponto de vista epistemológico a partir de uma conexão ancestral com territórios específicos e delimitados pelo Estado. Por conseguinte, são agentes definidos como espacialmente estáticos e pertencentes a estes territórios fixos; fato esse que dá substância para uma narrativa que conecta a identidade a direitos territoriais.

Contudo, aldear o índio significava reposicionar nações indígenas no jogo da geometria de poder imposta pelo Estado e pelo capital, o que nos permite afirmar que a relação entre urbanização e etnicidade indígena na Amazônia aponta para uma geografia do contato interétnico e das formas espaciais impostas aos povos indígenas, as quais se reproduziram na consolidação de uma concepção do indígena como *não-cidade*.

Com isso, percebe-se que a invisibilidade dos indígenas que vivem nas cidades enquanto sujeitos étnicos não é apenas um descuido metodológico de institutos estatísticos ou mesmo um desinteresse de pesquisadores, da sociedade civil e do Estado. Tal questão é parte de um imaginário que diluiu as muitas etnias numa única definição étnica – a indígena – segundo um processo civilizatório violento de subalternização e

negação de suas diferenças (ALMEIDA, 2008), materializado ao longo do processo histórico de constituição das cidades e das políticas indigenistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B; SANTOS, G. S. (Orgs.). *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/EDUAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 192 p.

ANDRELLO, G. *A cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora UNESP/ ISA, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

COSTA-MALHEIRO, T. (Etni)Cidade Indígena na Amazônia: Por uma geografia do contato interétnico. Tese de doutorado (Programa de Pós graduação em geografia) Niterói, 2019.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LARAIA, R. DA MATTA, R. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1978.

MARTINS, J. *A fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 233f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281350>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PATERNOSTRO, J. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Nacional, 1945.

PONTES, L. A. S. X. *Políticas públicas e os índios cidadãos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)*. 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SARAIVA, M. P. *Identidade multifacetada: a reconstrução do —ser indígena‖ entre os Juruna do Médio Xingu*. Belém: NAEA, 2008.